

***PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DA  
REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO  
FEDERAL***

***Jacqueline Bezerra Cunha***

**GOIÂNIA  
NOVEMBRO DE 2006**

## O HOMEM; AS VIAGENS

Carlos Drummond de Andrade

O homem, bicho da Terra tão pequeno  
Chateia-se na Terra  
Lugar de muita miséria e pouca diversão.  
Faz um foguete, uma cápsula, um módulo  
Toca para a Lua  
Desce cauteloso na Lua  
Pisa na Lua  
Planta bandeirola na Lua  
Experimenta a Lua  
Civiliza a Lua  
Coloniza a Lua  
Humaniza a Lua.  
Lua Humanizada: tão igual à Terra.  
O homem chateia-se na Lua.  
Vamos para Marte - ordena a suas máquinas.  
Elas obedecem, o homem desce em Marte  
Pisa em Marte  
Experimenta  
Coloniza  
Civiliza  
Humaniza Marte com engenho e arte.  
Marte humanizado, que lugar quadrado.  
Vamos a outra parte?  
Claro - diz o engenho  
Sofisticado e dócil.  
Vamos a Vênus.  
O homem põe o pé em Vênus  
Vê o visto - e isto?  
Idem  
Idem  
Idem  
O homem funde a cuca se não for a Júpiter

Proclamar justiça junto com injustiça  
Repetir a fossa  
Repetir o inquieto  
Repetitório  
Outros planetas restam para outras colônias.  
O espaço todo vira Terra-a-terra.  
O homem Chega ao sol ou dá uma volta  
Só para tiver?  
Não vê que ele inventa  
Roupa insidervel de viver no Sol.  
Põe o pé e:  
Mas que chato é o Sol, falso touro  
Espanhol domado.  
Restam outros sistemas fora  
Do solar a col-  
Onizar.  
Ao acabarem todos  
Só resta ao homem  
(Estará equipado?)  
A difícil, dangerousíssima viagem  
De si a si mesmo:  
pôr o pé no chão  
Do seu coração  
EXperimentar  
Colonizar  
Civilizar  
Humanizar  
O homem  
Descobrimo em suas próprias inexploradas  
entranhas  
A perene, insuspeitada alegria  
De conviver.

## *APRESENTAÇÃO*

Escrever sobre Planos Diretores é um pouco complicado para uma Pedagoga acostumada a escrever e discutir sobre as idéias pedagógicas do movimento Escola Nova, as idéias sócio-interacionistas de Vygotsky, as idéias construtivistas Jean Piaget e na pedagogia do oprimido de Paulo Freire. Mas é mais difícil ainda, apresentar um trabalho em um Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico, mas não poderia deixar de dar minha contribuição após ter coordenado a elaboração dos Planos Diretores dos municípios localizados na região do entorno do Distrito Federal.

No ano de 2001 fui convidada para integrar a equipe da Gerência do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal, da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, neste período ouvia falar em Plano Diretor, mas não fazia a mínima idéia do que se tratasse. O então gerente do Programa que era arquiteto nunca me explicava do que se tratava e sua finalidade. Quando perguntava o que era ele me mostrava um monte de mapas sem me explicar a utilidade destes mapas. Vivia fazendo reuniões com pessoas ligadas a Universidade Estadual de Goiás, e nunca me convidava. Deduzimos então se tratar de uma “coisa” específica de arquitetos.

Em fevereiro do ano de 2003, por intermédio do novo gerente do Programa, soube que algumas empresas de consultoria haviam contratadas para elaborar os Planos Diretores de nove municípios da região do entorno do Distrito Federal, momento em que nos solicitou que a coordenasse a mobilização e organização das audiências públicas.

Somente nesta época, nos informaram que o Governo de Goiás, por intermédio da Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento em parceria com o Ministério da Integração Nacional, haviam celebrado um Convênio de Cooperação Técnica, no intuito de prover de Planos Diretores os municípios da região do entorno do Distrito Federal.

Tal missão foi aceita mesmo sem saber ainda do que se tratava um Plano Diretor. Para ir a um município organizar uma audiência pública é preciso conhecer o assunto que será discutido. Neste sentido, no intuito de compreender do que se tratava iniciamos nossos estudos sobre o Estatuto da Cidade, o qual se tornou nossa bússola teórica, ou seja, o grande guia de nossos trabalhos.

Comprendemos então, que longe de ser um assunto exclusivo de arquitetos o plano diretor trata-se de um trabalho extremamente pedagógico, um processo educativo de tomada de consciência, de mudança de paradigmas, em que as idéias sócio-interacionistas de Vygotsky encontram-se de forma latente.

Também se aplicam a esse processo, as categorias ontológicas freirianas de inacabamento, inconclusão e incompletude. Não obstante estas palavras poderem em certos momentos ser tratadas como sinônimos, neste contexto, cada um deles deve possuir uma denotação específica. Segundo Paulo Freire todos os seres são incompletos porque necessitam uns dos outros, são inconclusos por estarem em constante evolução e são inacabados por serem imperfeitos. Por ter consciência desses limites, o homem vive em uma busca pedagógica e constante de adquirir conhecimentos para se tornar mais completo, concluído e acabado.

O sociólogo português Boaventura Souza Santos em sua obra “Um Discurso Sobre as Ciências” nos fala da ambigüidade e complexidade existente entre o paradigma dominante e o paradigma do senso comum.

O autor tem a intenção de chamar atenção do leitor para o processo de transição que a humanidade está passando neste momento, no qual “os processos científicos dos últimos trinta anos são de tal ordem dramáticos que os séculos que os precedem... não são mais que uma pré-história longínqua”. Por outro lado ele também chama a atenção para o perigo de extinção da humanidade através de uma “catástrofe ecológica ou da guerra nuclear”, causadas pelo rigor científico.

Nestes processos de transição é necessário que a humanidade se conheça, que se explore, se colonize, se civilize, se humanize. Para tanto, deve voltar para si e fazer perguntas simples como as de Rousseau:

O progresso das ciências e das artes contribuirá para purificar ou para corromper os nossos costumes? Há alguma relação entre a ciência e a Virtude? Há alguma razão para o peso para substituímos o conhecimento vulgar que temos da natureza e da vida e que partilhamos como os homens e mulheres da nossa sociedade pelo conhecimento científico produzido por poucos e inacessível à maioria. Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se apresenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática? (citado pelo autor, p 7)

Estas perguntas foram feitas por Rousseau há mais de duzentos anos, contudo são extremamente pertinentes nos tempos de hoje. Como diz o poeta Drummond: o homem chateia-se, entedia-se, inquieta-se. É hora da humanidade se olhar no espelho e perguntar se o conhecimento científico acumulado trouxe contribuições positivas ou negativas para a evolução da comunidade em busca da “insuperável alegria de conviver”.

No final do ano de 2004, assumimos a gerência do de Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Distrito Federal, momento em que findava o processo de elaboração dos nove municípios que compunham a primeira etapa do convênio e que concluía o processo licitatório para contratação da empresa de consultoria contratada para elaborar os Planos Diretores de mais seis municípios que compõe a região do entorno do Distrito Federal.

A empresa contratada para elaborar o Plano Diretor de quatro dos nove municípios que compunham a primeira etapa teve seu produto recusado por não atender as exigências estabelecidas no edital e apresentar um trabalho de baixa qualidade, sendo assim teve seu contrato rescindido, fazendo-se necessário a contratação de nova empresa de consultoria para concluir os trabalhos iniciados nestes. Tal trabalho foi concluído pouco antes do vencimento do prazo determinado pelo Estatuto das Cidades.

Sendo assim, entre o ano de 2004 e 2006, coordenamos o trabalho de elaboração do Plano Diretor de dez municípios localizados na região do entrono do Distrito Federal. Tal experiência exigiu um árduo e longo trabalho um verdadeiro processo de ensino-aprendizagem, o qual procurei fazer o papel pedagógico de facilitador e mediador dos interesses individuais e coletivos dos indivíduos que ali residem. E como diz Paulo Freire, um momento de conscientização do homem como autor de sua própria história.

## ***PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS***

Para que a elaboração dos planos diretores atendessem os interesses e necessidades dos municípios, foi realizado um profundo levantamento levando-se em consideração as características da realidade local. Assim, o perfil dos municípios foram traçados a partir de estudos, análises e discussões agrupadas em quatro temas: dimensão sociocultural, dimensão econômica, dimensão geoambiental (físico-territorial e ambiental) e dimensão político-institucional.

Cada dimensão responde por um conjunto de aspectos das dinâmicas sociais local, refletindo e interagindo com os mais variados elementos, forças e atores componentes da realidade regional, estadual, nacional e global.

Para elaboração dos documentos as informações foram coletadas junto aos órgãos dos governos do Estado de Goiás, do Distrito Federal, e dos Municípios, complementadas pelas discussões técnicas, pesquisas secundárias, entrevistas com diversos atores e segmentos da sociedade local e aplicação de questionários.

O grau de aprofundamento das questões abordadas reflete o tipo e o nível das informações obtidas.

“A análise das informações obtidas nessa etapa da pesquisa deu-se utilizando, principalmente, a técnica da Análise do Discurso, considerando que a análise do discurso constitui uma modalidade de investigação possível, na qual se toma o discurso como um sistema de suporte de representações ideológicas e enquanto tal sua análise passa necessariamente pela observação de suas condições de produção” (Rocha, 2002).

No tema dimensão sociocultural tratou-se de questões relativas às condições de vida e de reprodução social, incluindo a demografia, infra-estrutura social e equipamentos de consumo coletivo, bem como, o desenvolvimento integrado de cada município e a região do entorno do Distrito Federal, objetivando aprofundar o conhecimento sobre a origem e evolução de sua população.

Esta dimensão aborda a construção, o fortalecimento e a universalização da cidadania, compreendida como a apropriação dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais que traduzirão no plano do município, no direito à cidade, ora consagrado no Estatuto da Cidade.

“A fase mais visível da cidadania pode ser expressa por meio da utilização e análise de indicadores de qualidade de vida. A qualidade de vida será tanto mais elevada e a cidadania e os direitos humanos mais consolidados, quanto mais intensamente à população [...] tiver assegurado direitos como os seguintes:

- acesso à educação;
- inserção, em condições satisfatórias, no mercado de trabalho;
- oportunidade de criar bens culturais e também usufruí-los;
- disponibilidade e um habitat seguro e um bom estado de saúde; e, desfrute de um elevado sentimento de segurança e auto-estima”. (CONDEPE, 1998)

A dimensão econômica versa sobre as condições de produção abrangendo a dinâmica dos setores produtivos, infra-estrutura econômica e a níveis de renda e taxa desemprego e sua distribuição no território. Também é analisado o processo de formação social e econômico, e que de certa forma, torna-se subordinado à matriz tecnológica de cada contexto histórico.

Vale ressaltar a importância da dinâmica desta dimensão no papel do desenvolvimento científico e tecnológico, como aquele capaz de medir: “O crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, procurando-se assumir um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (Buarque, 1997).

A dimensão geoambiental analisa as características físico-territoriais e ambientais condicionantes para uso e ocupação do solo, do ponto de vista do suporte físico e biótico do território. Aborda as condições e a dinâmica espacial e ambiental, mostrando a sustentabilidade natural nos meios rural, urbano, bem como, identifica os pontos do território de maior e menor fragilidade, em consonância com as características de produção e reprodução do espaço urbano. Aponta ainda as possibilidades de áreas preferenciais para ocupação e adensamento em função dos níveis de infra-estrutura disponíveis.

Esta dimensão aponta a questão da organização do espaço urbano e da LUB, para subsidiar a elaboração de uma política urbana que suporte a cidade com instrumentos necessários para a regulação da gestão de seu território, de forma convergente com os princípios da sustentabilidade, bem como, as diretrizes de política urbana estabelecida no Estatuto da Cidade. De um lado trata dos processos antrópicos e naturais no ambiente em que se dá a reprodução e produção da vida social em todas as suas formas, por outro lado, mostra os limites ambientais dessa reprodução e produção econômica e dos modos de vida, mas observando a garantia e conservação da biodiversidade e dos ecossistemas existentes.

A dimensão político-institucional apresenta a questão da gestão municipal, as características da administração, a organização social, arcabouço legal e a relação Estado-Sociedade, enfatizando a qualidade da gestão dos serviços públicos e do controle social. Neste contexto, o diagnóstico legal é fundamental para embasar a administração pública, de modo otimizar o aproveitamento de pessoal e de procedimentos que giram a “máquina do Estado”.

“A dimensão político-institucional, assim pensada representa a consolidação dos sistemas de direção, dinamizada através da estrutura constitucional do Estado. Essa dimensão

coloca-se, assim, como centro de convergência quanto ao planejamento e a regulação do desenvolvimento setorial e integrado do Estado, em todas as suas demais dimensões, na medida de sua eficiência de atuação, desde a escolha das ações prioritárias até os resultados inerentes à execução”. (CONDEPE, 1998)

A elaboração dos Planos Diretores Municipais envolveram basicamente 3 etapas:

1. Levantamento do diagnóstico situacional dos municípios, o qual, compreendem estudos considerados básicos ao entendimento e aprofundamento do conhecimento acumulado, sobre a realidade do Município de Abadiânia, traçando um perfil do território, por meio da análise das principais características, problemas, políticas e condicionantes da ocupação, sob o ponto de vista socioeconômico, cultural e físico-territorial;
2. na segunda fase do trabalho, foram estabelecidos os objetivos e as diretrizes para o desenvolvimento nos diversos setores municipais, visando promover o crescimento ordenado da cidade e da ocupação do território municipal. Foram estabelecidas também nesta etapa, proposições e recomendações abrangendo os diversos setores do meio ambiente natural, dos equipamentos e serviços urbanos e o macrozoneamento;
3. a terceira e última fase foi composta pelas minutas dos instrumentos legais necessários à viabilização do Plano Diretor, ou seja, as propostas urbanísticas efetivadas através da legislação: a Lei do Plano Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Código de Obras e Edificações, Código de Posturas, Lei do Perímetro Urbano e em quatro municípios da região foram incluídos os Códigos Ambientais.

Na elaboração dos documentos com um todo, buscou-se detalhar a questão do desenvolvimento sustentável, considerando os limites socioculturais, temporais e dos recursos existentes. Um dos pontos principais foi a participação

da comunidade no processo de planejamento e em suas diversas fases por meio de inúmeras oficinas técnicas, reuniões setoriais e audiências públicas, conforme fotos e listas de presença em anexo, como estabelece o artigo transcrito abaixo, da [Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001](#), denominada Estatuto da Cidade.

“Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

§ 4o No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão:

I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos;

III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.”

## ***CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL***

No intuito de induzir o leitor a ter uma compreensão mais clara do contexto trabalhado, será feito a seguir um breve relato do cenário da região do entorno do Distrito Federal.

A região do entorno do Distrito Federal localiza-se entre os meridianos de 46°15' e 49°30' a W Gr., entre os paralelos de 14° e 17° e 30' ao Sul do Equador, abrangendo no Estado de Goiás 19 municípios: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, totalizando uma área de 35.950,001 Km², o que corresponde a 10,57% da área do Estado de Goiás.

Esta região insere-se entre as bacias hidrográficas do Paranaíba, Tocantins e São Francisco, tendo como principais rios o Corumbá, São Marcos, São

Bartolomeu, Paranã, Paraim, Descoberto, Urucuia, Areias, Maranhão, entre outros. Uma região rica em nascentes, cachoeiras e lagos, que constitui-se em um importante divisor de águas.

Conforme dados da CPRM (2003), a região do entorno do Distrito Federal está situada no amplo domínio do planalto central brasileiro dividido em níveis topográficos distintos sobre rochas cristalinas, com coberturas de períodos terciários e quaternários. A vegetação predominante é de campo cerrado, com ocorrência de mata tropical ao longo dos vales dos rios. O relevo dominante é de superfície tabular aplainada, com altitudes oscilantes entre 900 e 1.250 m.

A ocupação das terras que constituem a microrregião geográfica do entorno do Distrito Federal iniciou-se no princípio do século XVIII, através das incursões das Entradas e Bandeiras impulsionada pela descoberta de reservas auríferas o que levou a expansão da exploração do ouro na Capitania de Minas Gerais. Este Processo teve como base o modelo primário exportador, constituído pela extração, fundição e envio do ouro para Portugal, concretizando a relação socioeconômica do Brasil colonial.

Nos meados do século XX, com a constituição do Distrito Federal e a transferência da capital federal para Brasília, desencadeou-se um novo processo de crescimento populacional e econômico na região, alterando sobremaneira seu aspecto territorial, passando a assistir um processo de apropriação dos extensos espaços dos chapadões do Planalto Central Brasileiro, predominado pela vegetação e cerrado.

A construção de Brasília define um novo momento para os municípios que compõem o seu entorno. Na década de 60, o Distrito Federal inicia sua consolidação como novo pólo de desenvolvimento econômico induzindo toda a região, a um intenso processo de crescimento demográfico. Tal coisa se verifica até os dias atuais, resultando em alterações substanciais na estrutura ambiental, social e espacial dos mesmos.

Para se ter idéia do crescimento acelerado na região, segundo os dados do IBGE, em 1960 a região do Distrito Federal possuía um contingente de 107.659 habitantes este índice se elevou no ano de 1996 para 645.717 habitantes,

aumentando sua população em 6 vezes mais, apresentando incremento de aproximadamente 499,7% neste período, enquanto que a população nacional cresceu 2,3 vezes.

No ano de 1991 a população residente era de 472.586, no ano de 2005 passou de para 1.024.918 habitantes (estimativa), com uma taxa de crescimento anual cumulativo de 5,67%, contra 2,34% do crescimento médio do Estado de Goiás. Estes índices demonstram que o crescimento populacional da região do entorno do Distrito Federal correspondeu a 3,37% a mais que o crescimento populacional médio do Estado de Goiás no mesmo período. Conforme Tabela abaixo.

**Tabela I**

População residente e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991 - 2000 - 2005.

Municípios	População residente			Taxa geométrica de crescimento anual(%)		
	1991	2000	2005 (1)	1991/2000	2000/2005	1991/2005
Abadiânia	9.402	11.452	12.736	2,22	2,15	2,19
Água Fria de Goiás	3.976	4.469	4.778	1,31	1,35	1,32
Águas Lindas de Goiás	-	105.746	159.294	-	8,54	-
Alexânia	16.472	20.047	22.287	2,21	2,14	2,18
Cabeceiras	6.464	6.758	6.942	0,5	0,54	0,51
Cidade Ocidental	-	40.377	47.499	-	3,30	-
Cocalzinho de Goiás	-	14.626	17.299	-	3,41	-
Corumbá de Goiás	19.663	9.679	9.915	-7,57	0,48	-4,77
Cristalina	24.937	34.116	39.867	3,54	3,16	3,41
Formosa	62.982	78.651	90.247	2,5	2,79	2,60
Luziânia	207.674	141.082	180.227	-4,2	5,02	-1,01
Mimoso de Goiás	3.750	2.801	2.206	-3,19	-4,66	-3,72
Novo Gama	-	74.380	93.081	-	4,59	-
Padre Bernardo	16.500	21.514	24.655	2,99	2,76	2,91
Pirenópolis	25.056	21.245	21.241	-1,82	0,00	-1,17
Planaltina	40.201	73.718	94.717	6,97	5,14	6,31
Santo Antônio do Descoberto	35.509	51.897	74.867	4,31	7,60	5,47
Valparaíso de Goiás	-	94.856	119.493	-	4,73	-
Vila Boa	-	3.287	3.567	-	1,65	-
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>472.586</b>	<b>810.701</b>	<b>1.024.918</b>	<b>6,18</b>	<b>4,80</b>	<b>5,69</b>
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>4.018.903</b>	<b>5.003.228</b>	<b>5.619.917</b>	<b>2,46</b>	<b>2,35</b>	<b>2,42</b>
<b>REGIÃO / ESTADO (%)</b>	<b>11,76</b>	<b>16,20</b>	<b>18,24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.

(1) Estimativa.

Pode-se observar na tabela abaixo, que a densidade demográfica da região é de 28,51hab./Km<sup>2</sup>, muito superior que a do estado de Goiás que é de 16,52 hab./Km<sup>2</sup>. No entanto, deve-se considerar que seu adensamento apresenta grandes distorções, se por um lado possui municípios com elevadíssimos índices como é o caso de Valparaíso de Goiás, 1.987,87 hab./Km<sup>2</sup>, Águas Lindas 833,14 hab./Km<sup>2</sup> e Novo Gama 485,62 hab./Km<sup>2</sup>; existem outros com adensamento rarefeito como é o caso de Mimoso de Goiás com 1,59 hab./Km<sup>2</sup>, Água Fria de Goiás 2,35 hab./Km<sup>2</sup> e Vila Boa com 3,36 hab./Km<sup>2</sup>.

**Tabela 2**

Área, lei de criação e densidade demográfica.

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	Lei de criação		Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )
		Número	Data	
Abadiânia	1.044,159	832	20/10/1953	12,20
Água Fria de Goiás	2.029,406	10.399	D.O. 27/01/1988	2,35
Águas Lindas de Goiás	191,198	12.797	27/12/1995	833,14
Alexânia	847,891	2.115	14/11/1958	26,29
Cabeceiras	1.127,601	2.102	14/11/1958	6,16
Cidade Ocidental	388,162	11.403	16/1/1991	122,37
Cocalzinho de Goiás	1.787,994	11.262	3/7/1990	9,68
Corumbá de Goiás	1.062,457	529	23/06/1875	9,33
Cristalina	6.160,722	533	18/7/1916	6,47
Formosa	5.806,891	1	01/08/1843	15,54
Luziânia	3.961,536	Resolução	01/04/1833	45,49
Mimoso de Goiás	1.386,910	10.405	D.O. 20/ 01/1988	1,59
Novo Gama	191,675	12.680	19/7/1995	485,62
Padre Bernardo	3.137,903	4.797	7/11/1963	7,86
Pirenópolis	2.227,793	Decreto	10/07/1832	9,53
Planaltina	2.539,113	Decreto 52	19/03/1891	37,30
Santo Antônio do Descoberto	938,309	9.167	14/5/1982	79,79
Valparaíso de Goiás	60,111	12.667	18/7/1995	1.987,87
Vila Boa	1.060,170	11.707	29/4/1992	3,36
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>35.950,001</b>	-	-	<b>28,51</b>
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>340.086,698</b>	-	-	<b>16,52</b>
<b>REGIÃO/ESTADO (%)</b>	<b>10,57</b>	-	-	-

Fonte: IBGE / Assembléia Legislativa de Goiás

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.

Observa-se que as áreas mais adensadas continuam apresentando altas taxas de crescimento populacional, enquanto nas áreas vazias tiveram

crescimento negativo. Portanto, conclui-se que áreas densamente povoadas continuam sendo foco de atração de migrantes, enquanto que inúmeras áreas pouco povoadas vêm continuamente liberando contingentes populacionais.

A concentração urbana é fenômeno flagrante em alguns municípios do entorno do Distrito Federal, pois em 1996, 85,8% de sua população vivia em núcleos urbanos. Já no ano de 2000, segundo os dados do IBGE, esse índice elevou para 89,35%.

Esta concentração populacional desordenada exerce uma forte pressão sobre os equipamentos sociais e urbanos (educação, saúde, saneamento, assistência social, segurança pública e habitação), gerando problemas sociais que comprometem a qualidade de vida na região e contribuem de forma negativa para que os menos favorecidos possam exercer sua cidadania.

No que se refere à educação básica os principais problemas residem na falta de vagas, excesso de reprovações, escassez de concluintes no ensino fundamental, falta de investimentos na formação do profissional de educação, ênfase em políticas compensatórias em detrimento das questões pedagógicas, baixo salário dos professores e má distribuição dos recursos financeiros e humanos. Constatou-se ainda, que o processo de evasão dos profissionais na área educacional e saúde é intenso devido a melhor remuneração oferecida pelo Distrito Federal é o fator da atratividade.

Quanto à saúde, sua estrutura física apresenta distorções do planejamento na instalação dos equipamentos, concentrados em algumas cidades. Estes fatores, aliado à qualidade dos serviços prestados agravam ainda mais a situação do Distrito Federal que sofre pressão cada vez maior, decorrente de seu próprio crescimento populacional, do aumento da migração e da demanda oriunda dos municípios localizados no seu entorno.

Na presente década o grande aumento demográfico tem exercido forte pressão à demanda por saneamento básico. A insuficiência e a pouca qualidade destes serviços faz com que ocorra, de forma desordenada, a proliferação de uma rede de poços artesianos, que afeta significativamente o meio ambiente, podendo até provocar o esgotamento do lençol freático.

Segundo dados da SANEAGO-IBGE, 61,90 % da população urbana do Entorno é servida de água tratada, existindo uma desigualdade nos atendimentos, pois enquanto Pirenópolis possui 96,22 % de sua população atendida, outros municípios são atendidos precariamente como por exemplo Luziânia 36,15 % e Águas Lindas de Goiás 41,46 %.

Quanto ao esgotamento sanitário, como apresenta no quadro abaixo, a região do entorno do Distrito Federal apresenta um quadro consideravelmente grave referente aos resíduos líquidos, pois apenas 8,09% de sua população é atendida pelo serviço de esgoto, contra 32,33% da média do Estado de Goiás.

**Tabela 3**

Saneamento Básico: População atendida de água, esgoto e destino do lixo - 2000 - 2005.

Municípios	População atendida (%) 2005		Destino do lixo (%)	
	Água	Esgoto	Coletado	Outro destino (1)
Abadiânia	(2)	(2)	58,40	41,60
Água Fria de Goiás	92,64	-	41,00	59,00
Águas Lindas de Goiás	41,46	-	32,78	67,22
Alexânia	95,10	-	73,84	26,16
Cabeceiras	81,87	-	53,35	46,65
Cidade Ocidental	85,31	44,31	80,90	19,10
Cocalzinho de Goiás	94,89	-	52,67	47,33
Corumbá de Goiás	(3)	(3)	43,69	56,31
Cristalina	81,79	-	68,72	31,28
Formosa	90,53	-	81,25	18,75
Luziânia	36,15	8,32	71,30	28,70
Mimoso de Goiás	91,71	-	34,84	65,16
Novo Gama	67,68	14,17	84,09	15,91
Padre Bernardo	67,82	-	49,94	50,06
Pirenópolis	96,22	-	57,92	42,08
Planaltina	69,87	-	72,36	27,64
Santo Antônio do Descoberto	72,73	2,69	53,22	46,78
Valparaíso de Goiás	65,41	22,23	92,77	7,23
Vila Boa	89,67	-	67,01	32,99
<b>TOTAL DA REGIÃO</b>	<b>61,90</b>	<b>8,09</b>	<b>68,10</b>	<b>31,90</b>
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>81,23</b>	<b>32,33</b>	<b>81,14</b>	<b>18,86</b>

Fonte: SANEAMENTO - IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2006.

(1) Queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio e outros.

(2) Atendido pela FUNASA.

(3) Atendido pela prefeitura.

Conforme demonstra a tabela acima, a geração de resíduos sólidos se constitui em grande problema ambiental, os resíduos não coletados compõem a carga poluidora que escorre pelas águas pluviais urbanas e rurais. A coleta de lixo é realizada em quase todos os centros urbanos da região, porém não é feita com regularidade, nem de forma seletiva, sendo depositado a céu aberto, em alguns municípios.

Durante a elaboração dos Planos Diretores por meio dos diagnósticos situacionais dos municípios constatou-se que na maioria dos municípios da região do entorno do Distrito Federal ainda não se verifica um processo de conscientização no que se refere à preservação do meio ambiente, à proteção das nascentes, à poluição dos rios e lagos e à preservação de matas ciliares. Esta questão vem se constituindo em um grave problema, comprometendo inclusive o ecossistema.

A Segurança Pública vem se constituindo como um dos principais problemas na região, hoje possui dois municípios entre os dez mais violentos do país. Os altos índices de criminalidade são consequência das estruturas urbanas deficientes, da baixa oferta de benefícios sociais e do alto índice de desemprego, o que gera um freqüente crescimento da violência.

No intuito de combater tal violência, o governo do Estado de Goiás implantou nos municípios que possuem maior concentração populacional, o Centro Integrado de Operações Policiais - CIOPS que visa a prática de ações conjuntas das esferas de poder que atuam na região. Observa-se que as principais deficiências do setor decorrem do descompasso entre o aumento da população e sua diversificada distribuição, o que gera a insuficiência no atendimento, principalmente no que se refere a recursos humanos, instalações físicas e equipamentos.

Os municípios que compõe a região transformaram-se em grandes fornecedores de mão de obra para o Distrito Federal, em sua grande maioria desqualificada, trabalhando em sub empregos, transformando-se assim, em cidades dormitório. Se por um lado os municípios possuem uma baixa

arrecadação, pois as pessoas não trabalham e não consomem em seus municípios; por outro, moram nos municípios o que gera grande demanda de infraestrutura e, de equipamentos públicos.

A captação de água do Distrito Federal é feita no município de Águas Lindas de Goiás e seu esgoto é jogado nos rios Verde e Descoberto que banha os municípios de Cocalzinho de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, a água fluvial é toda escoada no rio Santa Maria que abastece os municípios de Novo Gama e Valparaíso de Goiás.

A região do entorno do DF, a exemplo do Estado de Goiás apresenta um quadro fundiário com concentração das terras. Entretanto, esta concentração não ocorre uniformemente entre os municípios. Cristalina, Formosa, Padre Bernardo e Planaltina são áreas com estruturas mais concentradas, onde as grandes propriedades acima de 1.000 ha. Ocupam boa parte das áreas fundiárias existentes. Os municípios de Abadiânia, Alexânia e Santo Antônio do Descoberto possuem a maior área ocupada por pequenas propriedades.

Alguns municípios como Águas Lindas de Goiás, Luziânia, Cidade Ocidental, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Santo Antônio do Descoberto, Formosa, Planaltina e o distrito Girassol do município de Cocalzinho de Goiás, em suas áreas urbanas apresentam um grande número de loteamentos irregulares, com grandes espaços vazios e muitos destes com problemas de regularização fundiária.

A região do entorno do Distrito Federal encontra-se inserida basicamente no Corredor Centro-Leste, sendo o modal rodoviário o mais representativo e o maior responsável pela movimentação de cargas e de passageiros. A área possui uma rica malha viária, convergindo quase que em sua totalidade para o Distrito Federal, vez que este e o seu entorno constituem o ponto básico do eixo viário nacional. Entretanto pode-se inferir que os eixos apresentam sérias disfunções.

No que se refere à rede intermunicipal e vicinal existente é precária e mal articulada, faltando um complexo viário que faça a ligação dos municípios entre si, mesmo nos municípios conurbados. No contexto atual, a maioria dos

deslocamentos feitos entre os municípios exige que se corte a malha urbana do Distrito Federal, ocasionando conflitos de tráfego.

## ***AÇÕES ESTRUTURANTES DEFINIDAS NOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS***

Durante o processo de elaboração dos Planos Diretores Municipais além dos problemas que se apresentam de maneira generalizada como características gerais da região dos municípios que se localizam no entorno do Distrito Federal, foi levado em consideração fortemente a realidade individual dos municípios. Trataremos a seguir de alguns problemas e soluções encontrados de forma isolada em alguns municípios.

No município de Abadiânia além dos problemas que ocorrem de forma generalizada na ocupação do solo detectou-se dois problemas específicos os quais caberia ao Plano Diretor apontar soluções. O primeiro deles foi o fato de que uma das principais fontes de geração de emprego e renda do município ser constituída pelo grande número de olarias instaladas no município. O problema é que estas, em sua maioria estão instaladas em áreas residenciais o que se traduz em inúmeros problemas de saúde para a população circunvizinha, além de ser um transtorno para a paisagem da cidade. A solução encontrada foi a definição no macrozoneamento de uma área dentro da área industrial, para a formação de um pólo de olarias, dando incentivos fiscais, infra-estrutura, entre outros. Ao mesmo tempo instituir o Imposto Territorial Urbano – IPTU progressivo no tempo, no intuito de ir gradativamente expulsando-as das áreas residenciais.

O segundo problema encontrado em Abadiânia foi a construção do lago da usina Corumbá IV, que trouxe uma forte especulação imobiliária, gerando acelerada e desordenada ocupação do solo da região do lago. Após inúmeras reuniões e discussões chegou-se a conclusão que como a ocupação do solo esta acontecendo em toda a extensão do lago, de forma indiscriminada e sem nenhuma regulamentação, e que, a cada dia surgem novos parcelamentos

irregulares. O Plano Diretor deste município criou uma área de especial interesse turístico e ambiental que, além de seguir todas as exigências definidas na Legislação Urbanística Básica, deverá cumprir as restrições definidas com base nos critérios de fragilidade do solo, cobertura vegetal, declividade entre outras.

O município de Alexânia que ter uma população de 22.287 habitantes, não era dividido por bairros, o que dificultava inclusive a entre de correspondências, neste sentido durante o processo de elaboração do Plano Diretor abriu-se o espaço para ampla discussão sobre o assunto o qual gerou inúmeras reuniões, audiência pública para escolha dos nomes e culminou com uma pesquisa de casa em casa realizada pelo poder municipal para escolha dos nomes.

Art. 55. Ficam criados os bairros Setor Nova Flórida, Setor Norte, Setor Nova Alexânia, Setor 13 De Maio, Setor Morada Nova, Setor Bouganville, Setor Aeroporto, Setor Jardim Progresso, Setor Aeroporto, Setor Geraldo Jaime, Setor Novo Horizonte, Setor Sul, Setor Sudeste na sede da zona urbana municipal, os quais deverão ser regulamentados por legislação específica. (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 25/2006 , Plano Diretor de Alexânia)

O município de Alexânia também é banhado pelo lago da Corumbá IV, mas como não se chegou a um consenso sobre o uso do solo do seu entorno, o Plano Diretor definiu será constituída uma comissão que num prazo de três meses deverá elaborar um “Plano de Ocupação do Solo do Entorno do Lago Corumbá IV”. Como define o item I, do § .4º do artigo 86.

§ .4º O Poder Público Municipal deverá ampliar as discussões junto à comunidade, devendo ainda, apresentar o Projeto Urbanístico da Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental, baseado em um Plano Municipal de Ocupação da Área de Influência do Reservatório de Corumbá IV.

I. O prazo máximo para a conclusão desse Plano e encaminhamento a Câmara de Vereadores para apreciação, na forma de Anteprojeto de Lei Complementar, será de 3 meses após a aprovação do Plano Diretor.(PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 25/2006 , Plano Diretor de Alexânia)

Pelo fato do município de Santo Antônio do Descoberto possuir uma extensão muito grande banhada pelo lago Corumbá IV, ou seja, mais 47% da área do reservatório encontra-se inserida neste município e possui grandes áreas com alta declividade e fragilidade de solo, o que impossibilita sua ocupação, por outro lado existem loteamentos registrados e implantados inclusive com cobrança de IPTU. O Plano Diretor definiu toda a área como Zona Rural de Especial Interesse Turístico e Ambiental, estabelecendo diretrizes e restrições básicas de ocupação, os novos empreendimentos devem ser estudados caso a caso, depois de aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente e o executivo municipal deverá fazer uma emenda a Lei do Plano Diretor.

O município de Cocalzinho de Goiás foi criado em torno de uma fábrica de cimento, mas com a desativação da mesma, a cidade ficou com o “elefante branco”, uma grande obra que ocupa a área da cidade, não gera emprego nem renda, sendo esconderijo de todo tipo de marginais e animais. Os proprietários não destinam nenhum tipo de utilização para o prédio abandonado. A solução encontrada foi inserir a área da fábrica dentro do perímetro urbano e instituir a mesma o Imposto Territorial Urbano – IPTU progressivo no tempo.

Art. 23º - São ações prioritárias para o desenvolvimento econômico do Município:

XXXIII implantar o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU progressivo no tempo na área da antiga fábrica de cimento, para que ela cumpra sua função social; (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 13/2006 , Plano Diretor de Cocalzinho de Goiás)

É difícil escrever em poucas paginas um trabalho realizado em três anos. Procuramos de descrever um pouco o panorama crítico da realidade dos municípios localizados na região do entrono do Distrito Federal, e a disparidade existente entre os mesmos. É preciso que o Governo Federal os governos do estado de Goiás e de forma especial o do Distrito Federal se unam para investir com urgência em infra-estrutura, geração de emprego e renda, saúde e educação visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali residem.